

28 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

CNJ estabelece prazo para juízes devolverem processos parados

Tribunais de Justiça terão até 20 dias para os pedidos de vista;
regra não vale para o Supremo

CNJ fixa prazo para juiz dar andamento a pedido de vista

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou resolução que determina que juízes terão prazo máximo de dez dias, prorrogáveis por mais dez, para os pedidos de vista — parar o julgamento para estudar o processo.

Após esse tempo, se o juiz não der prosseguimento, o presidente do tribunal pode convocar um substituto.

A medida, que entrará em vigor em 120 dias, não valerá para o Supremo.

**Medida segue o novo
Código de Processo
Civil, que entra em
vigor em 2016; antes
não havia regra geral**

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Uma resolução aprovada nesta terça-feira (27) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que juízes terão o prazo máximo de 10 dias para os chamados pedi-

dos de vista — a possibilidade de o magistrado paralisar um julgamento para estudar melhor um processo.

A medida passará a valer em 120 dias e não tem efeito apenas para o STF (Supremo Tribunal Federal), o único tribunal que não está sujeito a regulamentação do CNJ.

Pelo texto, o juiz poderá pedir a prorrogação do pedido de vista por mais 10 dias (totalizando 20 dias), mas terá que apresentar justificativa para a extensão do prazo.

Após esse período, se o magistrado não devolver o processo e não se sentir habilitado para analisar o caso, o presidente do tribunal poderá convocar um substituto.

A nova regra segue determinação do novo código de Processo Civil que entra em vigor em março de 2016 e tem efeito, inclusive, para o STF.

Atualmente, não há uma regra geral para pedidos de vista. Uma resolução do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que entrou em vigor em abril fixou que os ministros teriam um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para devolver a julgamento os processos em que solicitarem vista.

Caso o prazo não seja cumprido, a regra diz que o processo será automaticamente incluído na pauta da sessão seguinte. Sobre a prorrogação, ficou determinado que deve ser feita mediante requerimento fundamentado ao colegiado, que deve se pronunciar a respeito em sessão de julgamento. O tribunal terá que se adequar às novas regras do CNJ.

No STF, por exemplo, o prazo é de duas sessões ordinárias. Levantamento da FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostra que só 1 em cada 5 pedidos desse tipo é devolvido dentro dessa norma.

Em junho, 217 ações estavam paralisadas no Supremo por causa do pedido de vista.

Entre as justificativas do CNJ para determinar a medida, estão a exigência do novo código de Processo Civil que determina que os processos devem ser julgados em ordem cronológica e ainda a tentativa de diminuir o congestionamento dos tribunais.

CONTINUA

28 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



O ministro do STF Ricardo Lewandowski, que preside o Conselho Nacional de Justiça

28 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Servidor público, alma da democracia

NILTON PAIXÃO

“Olhou em torno: gamela/ Banco, enxerga, caldeirão/ Vidro, parede, janela/ Casa, cidade, nação! / Tudo, tudo o que existia/ Era ele quem o fazia/ Ele, um humilde operário/ Um operário que sabia/ Exercer a profissão.”

Vinicius de Moraes retratou com precisão o susto do operário ao se deparar com o tamanho da própria importância para a sociedade. Afinal, o que seria de nós se não fosse o operário? O que seria da sociedade se esse simples trabalhador não acordasse todas as manhãs e se dispusesse a mover a gigantesca engrenagem que impulsiona a nação?

Fomos catequizados, ao longo da história, a reduzir nossa importância a pó. Não nos achamos qualificados, tampouco responsáveis pelas mudanças que impactam o país.

Assim como o simples operário, muitos servidores públicos ainda estão acanhados diante da importância de seu trabalho para o atendimento do interesse público. Eles não se deram conta de que compõem a alma da democracia.

Em novos tempos de cidadania, em que as palavras transparência, produtividade e meritocracia estão em voga, são os servidores que se comunicam com os movimentos e os representantes externos ao po-

Os servidores são, antes de tudo, cidadãos que também almejam por bons serviços e se entristecem com o mau funcionamento da máquina

der público e, principalmente, representam a sociedade dentro da estrutura pública.

Ainda existem muitos percalços a serem transpostos para que se desfrute plenamente de políticas públicas eficazes e eficientes. O fato de os servidores públicos serem vítimas de muitos abusos e de sucessivos desmandos que ocasionam prejuízos ao povo é um deles.

A nomeação abusiva de cargos de confiança e os diversos programas “públicos” disfarçados e politizados para angariar prestígio fragilizam a nossa estrutura e nos deixam à mercê de legendas e governantes.

Os servidores são, antes de tudo, cidadãos que também almejam por bons serviços e se entristecem com o mau funcionamento da máquina pública, pois sabem que não há nada mais forte para mover uma democracia do que ter serviços públicos de qualidade.

Apesar de todo cenário adverso, não podemos esmorecer. Nesta

quarta (28/10), quando se comemora o dia do servidor público, temos que nos orgulhar daqueles que fazem a diferença para a sociedade, que deixam suas marcas na história pelo bom desempenho da sua função e pelo comprometimento.

Basta ter em mente o recente trabalho desempenhado pelos 14 auditores do Tribunal de Contas da União, imprescindível para o julgamento das contas do governo. Eles, sem sombra de dúvida, representaram os interesses dos cidadãos dentro de um arcabouço legal e institucional. Os servidores estão construindo os capítulos da longa história da jovem democracia brasileira.

As dificuldades na estabilidade da democracia no Brasil ainda são inúmeras. Enquanto esse cenário ideal não se concretiza, é preciso focar na satisfação de uma necessidade sem a qual não se pode alcançar a plena democracia: o investimento e a capacitação permanente dos servidores públicos e a valorização mais efetiva das instituições.

Ou o Brasil salta de volta para a democracia, no qual a lei é uma e vale para todos, ou mergulha de vez no abismo profundo do retrocesso.

NILTON PAIXÃO, 50, é presidente da Pública Central do Servidor, consultor legislativo da Câmara dos Deputados e mestre em direito pela UFPE

28 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

Sergio Moro refuta crítica sobre prisões preventivas

Juiz também elogiou a Operação Zelotes

Em um evento em São Paulo, o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, foi confrontado com uma pergunta sobre a crítica recorrente de criminalistas que veem as prisões preventivas como uma espécie de “pesca” em busca de fatos a partir de delações premiadas para instruir inquéritos e processos.

“E tem vindo bastante peixe”, atalhou Moro, arrancando risadas da plateia no hotel Grand Hyatt, na conferência “Brazil Summit”, promovida pela revista britânica “The Economist”, nesta terça (27).

Moro refutou a crítica que as prisões vêm sendo decretadas para obter confissões e disse que, na maior parte dos casos, suas decisões são confirmadas pelas instâncias superiores do Judiciário.

Ao comentar a quarta fase da Operação Zelotes, Moro elogiou “as importantes medidas de uma colega”, a juíza Célia Regina Bernardes, que determinou buscas no escritório de Luis Cláudio Lula da Silva, filhos do ex-presidente Lula. (GRACILIANO ROCHA)

PODER DE FOGO

O movimento que pede o porte de arma para advogados, a exemplo do que ocorre com magistrados e agentes do Ministério Público, afirma já ter quase 30.000 assinaturas, das 300 mil pretendidas. “Com essa marca, vamos lançar um desafio para que cada um que aderiu consiga o apoio de dez colegas”, diz o líder da campanha, o advogado Edson Stadler, do Paraná.

PODER DE FOGO 2

A OAB afirma, em nota, que é favorável ao desarmamento da população. “Violência gera violência. Contudo, somos favoráveis ao tratamento igualitário entre advogados, juízes e membros do Ministério Público”, diz o presidente da entidade, Marcus Vinicius Coêlho.

“O ideal seria não haver permissão a ninguém”, conclui.

QUARTO-CIRCUITO

As advogadas Danyelle da Silva Galvão e Débora Motta Cardoso lançam os livros “Interrogatório por Videoconferência” e “Criminal Compliance: na Perspectiva da Lei de Lavagem de Dinheiro”. Hoje, das 18h30 às 21h30, na Livraria da Vila da alameda Lorena.

PAINEL

Plata pronta O presidente do TSE, Dias Toffoli, não pretende decidir esta semana sobre quem irá relatar o processo que pode pedir a cassação do registro eleitoral de Dilma Rousseff. O ministro só se pronunciará depois do Dia de Finados.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Gaeco denuncia 18 investigados na Operação Publicano

Investigadores apuram um grande esquema de corrupção na Receita Estadual. Apuração já rendeu até agora quatro ações penais

Catarina Scortecchi

Os fatos apontados no início do mês durante a terceira fase da Operação Publicano resultaram, na segunda-feira (26), em uma denúncia do Ministério Público contra 18 pessoas. A denúncia, se aceita, deve tramitar na 3.^a Vara Criminal de Londrina. O foco é o crime de lavagem de dinheiro ligado ao auditor fiscal José Luiz Favoreto, ex-delegado-regional da Receita Estadual em Londrina e réu em outras ações penais da Publicano.

Na lista dos acusados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, braço do Ministério Público do Estado, ainda estão familiares de Favoreto, empresários, contadores e também o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, que assinou um termo de colaboração premiada com os investigadores no início do ano.

Favoreto está preso desde o último dia 8. Na terça-feira (27), a reportagem deixou re-

gado no escritório do advogado de Favoreto, Walter Bittar, mas não obteve retorno. O delator, Luiz Antônio de Souza, também segue preso. De acordo com o termo de colaboração, ele só deve deixar a prisão em junho de 2016. O advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira, disse à reportagem que não conhece o teor da denúncia ainda, mas reforçou a existência do acordo de colaboração já homologado pelo Judiciário.

As investigações da Publicano, que apura um grande esquema de corrupção na Receita Estadual, já renderam até agora quatro ações penais, três em trâmite na 3.^a Vara Criminal de Londrina e uma na 3.^a Vara Criminal de Curitiba. Além disso, há uma ação civil por improbidade administrativa na 2.^a Vara da Fazenda Pública de Londrina, com foco no setor do vestuário.

Nesta nova denúncia, o Gaeco mira o destino de parte do dinheiro do esquema de corrupção na Receita Estadual. Na narrativa do Gaeco, quase R\$ 7 milhões recebidos por Favoreto entre 2010 e 2015 (em valores atualizados), a título de propina paga por empresários, foi parar em empresas de fachada registradas em nome de laranjas, imóveis, veículos e até na compra de duas lotéricas.

Parte dos bens foi adquirida em conjunto com Luiz Antônio de Souza. O Gaeco cita imóveis comprados pela dupla em Ibiporã, no Norte do estado, por R\$ 1,1 milhão, embora tenham sido declarados quase pela metade do preço, R\$ 500 mil.

Ainda segundo o Gaeco, uma parte do dinheiro de Favoreto foi injetada nas contas de uma empresa de fachada, localizada em Curitiba, a PF&PJ Soluções Tecnológicas, cujo proprietário oficial é o irmão do auditor fiscal. A mesma empresa ainda emitia notas frias para outros empresários, também integrantes do esquema, com o propósito de maquiar dinheiro recebido de forma ilegal.

O primeiro fato de corrupção envolvendo Favoreto, segundo o Gaeco, remonta a 1995. O fato, devido à prescrição, nem foi alvo de denúncia. Nas ações penais já propostas pelo Gaeco, o foco é uma rede construída a partir de 2011, quando novos nomes ganharam os principais postos da Receita Estadual e teriam fortalecido o esquema, a partir do primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB). Favoreto foi inspetor-regional de Fiscalização na Receita em Londrina entre agosto de 2013 e junho de 2014. E entre novembro do ano passado e início de 2015, delega- do-regional da Receita em Londrina.

CONTINUA

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

Relembre os principais fatos da Operação Publicano:

ABRIL DE 2015

Gaeco de Londrina denuncia 73 pessoas, sendo 26 auditores fiscais. Os demais são, na maioria, empresários, contadores e advogados. A denúncia é resultado da primeira fase da Operação Publicano.

MAIO DE 2015

O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza passa a colaborar com os investigadores e se torna o principal delator da Publicano. Entre os "comandantes" do esquema de corrupção na Receita Estadual, segundo o delator, está Luiz Abi Antoun, até então considerado, nos bastidores, um dos nomes mais influentes na gestão Beto Richa (PSDB).

JUNHO DE 2015

Gaeco de Londrina denuncia 125 pessoas, sendo 56 auditores fiscais (22 já tinham sido alvos da Publicano 1). Entre os denunciados também está Luiz Abi. Os demais são, na maioria, empresários, contadores e advogados. A denúncia é resultado da segunda fase da Publicano.

JULHO DE 2015

Gaeco de Curitiba denuncia seis pessoas, sendo dois auditores fiscais lotados na Receita Estadual da capital, como resultado da chamada Operação Mercúrio, braço da Publicano.

SETEMBRO DE 2015

Levando em conta fatos investigados ainda durante a Publicano 2, o Gaeco de Londrina denuncia mais dois auditores fiscais.

OUTUBRO DE 2015

Com foco na lavagem de dinheiro que teria sido feita pelo auditor fiscal José Luiz Favoreto, o Gaeco de Londrina denuncia 18 pessoas, sendo dois auditores

fiscais. A denúncia é resultado da terceira fase da Operação Publicano. Se a denúncia for acatada, será a quinta ação penal relacionada à Publicano.

Fonte: Redação.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO AQUILES

Evidências de suposta execução desaparecem de delegacia

| Diego Ribeiro

¶ Cinco das seis cápsulas de balas deflagradas pela equipe do delegado Rubens Recalcatti no dia da suposta execução de Ricardo Geffer, em Rio Branco do Sul, desapareceram. A informação foi divulgada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), ligado ao Ministério Público Estadual, e confirmada pela própria Corregedoria da Polícia Civil. O material estava na Delegacia de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba.

Para o coordenador do Gaeco na capital, promotor Denílson Soares de Almeida, o acontecimento é grave, porque os cartuchos passariam pelo exame de balística e poderiam atestar de quais armas saíram os tiros que mataram Geffer em abril.

O Gaeco acusa Mauro Sidnei do Rosário e oito policiais, entre eles o ex-chefe da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), Rubens Recalcatti, de executarem o principal suspeito da morte de João Dirceu Nazzari, o João da Brasca, ex-prefeito de Rio Branco do Sul e primo de Recalcatti.

A Polícia Civil disse que o

desaparecimento dos estojos é grave e está sendo investigado pela Corregedoria da instituição. O “sumiço” foi detectado há menos de um mês. Por meio de nota, o órgão acrescentou que “não vai medir esforços para descobrir as causas do sumiço destes estojos de projéteis e vai seguir atuando com rigor para o esclarecimento definitivas das circunstâncias da ação que levou à morte de Ricardo Geffer”.

Armas

O Instituto de Criminalística (IC) do Paraná deve fazer exame de confronto balístico em mais 17 armas da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) e em duas que seriam de Geffer. Os equipamentos da DCCP foram solicitados pelo Gaeco à Polícia Civil na última quinta-feira (22), mas até agora não houve retorno. A perícia em todas elas acontecerá porque os suspeitos da execução de Geffer tinham acesso a outros modelos de armas, além das apreendidas com eles.

Em resposta ao desaparecimento dos cartuchos, o advogado Claudio Dalledone, que defende o delegado Recalcatti e os policiais investigados pelo Gaeco, disse que nenhum de seus clientes teve contato com as provas às quais o grupo de investigação do MP se refere.

Tanto o delegado quanto os policiais e Mauro Sidnei do Rosário negam que tenha havido execução e alegam que a morte de Ricardo Geffer ocorreu após confronto.

Luiz Carlos Martins confirma, em nota, que não cederá lugar a Recalcatti

Rogério Galindo

¶ O radialista e deputado estadual do Paraná Luiz Carlos Martins (PSD) confirmou por meio de nota emitida na terça-feira (27) que não vai se licenciar do cargo para ceder lugar ao suplente Rubens Recalcatti. Se assumisse a vaga, Recalcatti poderia ter duas vantagens: uma tribuna para se defender e, dependendo do tamanho da licença do titular, foro especial, como todo deputado. No PSD, por enquanto a situação do delegado, acusado de execução, é tranquila. O partido remeteu o caso ao seu Conselho de Ética, mas decidiu que ele tem direito à presunção de inocência.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Em um ano, registros de crimes raciais crescem cinco vezes no Paraná

Após orientação do MP sobre o preenchimento correto das denúncias, estado viu casos pularem de 42 em 2013 para 215 no ano passado

Raphael Marchiori

A professora universitária Marta Gomes diz ter ido três vezes à Delegacia da Mulher de Araucária para conseguir fazer o registro correto do crime racial do qual foi vítima. Na primeira tentativa, o escrivão registrou que ela não gostaria de representar o crime. Na segunda, anotou a ocorrência como injúria simples — o que rende pena menor ao infrator. A situação está por trás de uma campanha de conscientização, lançada em maio do ano passado pelo Ministério Público do Paraná, que fez os casos denunciados ao órgão quintuplicarem entre 2013 e 2014.

“Procurei o Ministério Público porque conheço os meus direitos. A promotoria sentiu certa resistência da delegacia de Araucária em encaminhar o processo de forma correta.

Estava machucada, ofendida, mas não abaixei minha cabeça. Fui até o fim”, conta a professora, que recebeu um envelope anônimo com a cópia de um e-mail enviado por um aluno a 60 outros estudantes. No texto, o emissor a chamava de “macaca” e “preta carioca”.

Segundo a promotora de Justiça Mariana Bazzo, até o início de 2014 era muito comum chegar ao Ministério Público casos de racismo ou injúria racial registrados como injúria simples. “Muitas pessoas acabavam deixando de fazer a ocorrência porque o caso não ia para frente. Além de serem vítimas do racismo, elas ainda sofriam o racismo institucional. Tudo isso levou a um descrédito no sistema”, diz.

Percebendo essa situação, o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico Racial — do qual Mariana faz parte — lançou mão de 17 mil fôlderes explicativos, distribuídos em escolas e linhas de ônibus municipais e intermunicipais de 20 cidades paranaenses com maior população negra. Além disso, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, o Núcleo editou Notas de Instrução pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar, recomendando precisão nos registros de crimes de injúria racial e racismo.

Após as medidas, as notificações recebidas pelo Ministério Público do Paraná pularam

de 42 em 2013 para 215 em 2014. Somente o número de registros de racismo cresceu quatro vezes entre 2013 e 2014, passando de dez casos para 42 no ano passado.

Parte dessas estatísticas, Marta agora busca ser ressarcida na Justiça pelos danos que sofreu após mais de dez anos trabalhando na Faculdade Educacional Araucária (Facear). Na esfera civil, o estudante foi condenado a pagar R\$ 10 mil em 12 vezes como indenização por danos morais. Na criminal, foi condenado a um ano e seis meses em regime aberto. A professora também entrou com uma ação trabalhista contra a Facear alegando, entre outras coisas, omissão da instituição de ensino no caso.

Diretor geral da Facear, Murilo Andrade afirmou que a instituição fez o que pode na esfera administrativa e no tempo mais rápido possível. “Constituímos uma comissão de três professores que, entendendo a gravidade do ocorrido, aplicaram uma suspensão de 30 dias ao aluno. Entre o cometimento do ato e essa punição, foram 20 dias. Além disso, orientamos a professora. Mas ela inclusive entrou com uma ação trabalhista contra a instituição. Foi um caso triste, mas sabemos que pode haver outros interesses agora”.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

TC ignorou sete pedidos para reprovar contas do PR em 10 anos

Rogério Waldrigues Galindo

Um histórico das votações do Tribunal de Contas (TC) do Paraná relativos às contas do governo estadual mostra que o fato de o Ministério Público ter sugerido que as contas do governador Beto Richa (PSDB) de 2014 sejam reprovadas tem imensas chances de cair no vazio. Segundo o MP, em 2014 a gestão Richa “pedalou”, cometendo irregularidades fiscais. O governo nega.

Nos últimos dez anos, os conselheiros do TC “aliviaram” em sete ocasiões os veredictos solicitados pelo Ministério Público para as contas do governador. Em cinco vezes, o beneficiado pelo resultado mais ameno dos votos foi o ex-governador Roberto Requião. Em duas, o atual, Beto Richa.

Levantamento feito pelo próprio governo do estado mostra que desde 2004 o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas disse em sete anos que não deveria haver aprovação das contas do governador. No governo Requião, isso aconteceu em 2004, 2005, 2006, 2009 e 2010.

Na primeira gestão de Richa, só no primeiro ano, 2011, os procuradores disseram que era possível haver uma aprovação “com ressalvas”. Nos outros três anos, sugeriram a reprovação das contas, alegando existência de irregularidades.



Durval Amaral será o relator das contas de Richa de 2014 no TC.

Apesar disso, em todas essas ocasiões o pleno do TC decidiu por recomendar que a Assembleia Legislativa aprovasse as contas. Ou seja: não acatou o parecer do Ministério Público.

Neste ano, o relatório das contas de Richa, que já têm parecer negativo do MP, cabe ao conselheiro Durval Amaral, mas os procuradores pedem que ele se dê por impedido, já que é amigo pessoal de Richa e foi seu secretário da Casa Civil. Amaral até agora não se pronunciou publicamente sobre o pedido do MP.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Congresso em SC oferecerá curso de mediação e conciliação



XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTRO
10 A 18 DE NOVEMBRO DE 2015

A partir de dezembro deste ano, passa a vigorar a Lei da Mediação (nº 13.140/2015) que regulamenta o procedimento da mediação judicial e extrajudicial como uma forma para a resolução consensual de conflitos. A legislação abre espaço para que os cartórios ofereçam o serviço à população, colaborando para a quebra da cultura de litigiosidade brasileira. A questão exigirá capacitação por parte dos notários e registradores. Alinhado às demandas da categoria, o "XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro" realiza a "Oficina do Curso de Mediação e Conciliação", que será coordenado pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Roberto Portugal Bacellar junto com renomados professores.

"A proposta é capacitar notários e registradores para que eles possam multiplicar as suas atribuições com a resolução de conflitos, suprimindo a necessidade existente na sociedade", destaca o desembargador. Segundo Roberto Bacellar, a ideia é iniciar uma mobilização, para que, a partir desse conhecimento prévio, os

tabeliães possam começar o atendimento nas serventias com curso específico exigido. A abordagem da oficina destacará a importância da competência comportamental dos oficiais, além da experiência técnica que os cartórios já têm.

Na programação do evento serão abordados ainda outros temas de destaque na área notarial e de registro como "Reflexos na Propriedade Imobiliária", o "Provimento Nacional do Conselho Nacional de Justiça", o "Processo Tributário Brasileiro", a "Natureza Jurídica e a Privatização", as atuais "Preposições Legislativas e o Impacto na Atividade", além de temas relacionados à motivação e gestão.

Participação

As inscrições para o "XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro" podem ser realizadas no site da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR) (www.anoreg.org.br/congresso), coordenadora em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina (Anoreg-SC).

Serviço:

XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro

Local: Hotel Infinity Blue – Balneário Camboriú – Santa Catarina

Data: 15 a 18 de novembro de 2015

Informações e inscrições: www.anoreg.org.br/congresso

Contatos: (61)3323-1555 e eventos@anoregbr.org.br

Cartórios: presentes nos momentos mais importantes da vida do cidadão.

ANOREG/PR
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

STF julgará se tatuagem é motivo de impedimento em concursos públicos

■ O Supremo Tribunal Federal anunciou na segunda-feira (26) que vai decidir se tatuagens podem ou não ser motivo para impedir alguém de passar em um concurso público.

O tema será julgado no STF porque um aprovado no concurso da Polícia Militar de São Paulo foi barrado no exame médico. A tatuagem que ele tem na perna estaria proibida pelo edital. Ele achou a regra injusta e recorreu. Em acórdão, o TJ-SP destacou que o edital é a lei do concurso e a restrição em relação à tatuagem encontra-se expressamente prevista. Assim, ao se inscreverem no processo seletivo, os candidatos teriam aceitado as regras.

O ministro Luiz Fux, relator do caso, antecipou que, em teoria, toda proibição em concurso precisa estar prevista em lei, e não só no edital. Mas que como o concurso proibia só alguns tipos de tatuagem, o caso será debatido no Supremo.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

TRF4 absolve cartunista Ziraldo de improbidade administrativa

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) reverteu a decisão judicial que condenava o cartunista e escritor **Ziraldo (foto)** por improbidade administrativa no uso de verba federal destinada ao "1.º Festival Internacional do Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu (Festhumor)" e ao "Fantur - Iguaçu dê uma volta por aqui", realizados em 2003, em Foz do Iguaçu. Proferida em março de 2011, a antiga sentença considerava, entre outros argumentos, que Ziraldo teria registrado indevidamente marca cedida em contrato para utilização nos eventos viabilizados com recursos públicos. Em 2006, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação contra os responsáveis pelo Festhumor - que tinha Ziraldo como presidente de honra -, por supostamente efetuarem contratações sem licitação e pagamentos em duplicidade



com dinheiro público. Além disso, no contrato do evento, firmado com a Fundação Iguaçu de Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), estava prevista a cessão da logomarca em caráter perpétuo. Em 1.ª instância, Ziraldo foi condenado. A defesa do cartunista e escritor recorreu ao TRF4 alegando que a inscrição era necessária para proteger a logomarca do mau uso de terceiros, o que já estaria ocorrendo à época, argumentou.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

DECLARAÇÃO

Moro elogia juíza que autorizou buscas em empresa de filho de Lula

SÃO PAULO

Agência O Globo

O juiz Sergio Moro elogiou na terça-feira (27) a atuação da juíza Célia Regina Bernardes, que autorizou na segunda-feira (26) a busca e apreensão em empresas de um dos filhos do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, durante nova fase da Operação Zelotes. Em evento realizado pela revista *The Economist* em São Paulo, Moro disse que a

decisão da juíza foi "importante". Para Moro, a Operação Lava Jato, sozinha, não pode ser considerada o agente influenciador de mudanças no país. Ele defendeu o fortalecimento das instituições como "primordial para aumentar a eficácia ao combate à corrupção". E disse que a Lava Jato não é uma exceção. Para exemplificar seu ponto de vista, elogiou a decisão da colega magistrada, que autorizou a prisão de seis envolvidos no esquema de tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Esses casos [Lava Jato e Zelotes] influenciaram positivamente."

PT pede ao TSE que investigue supostas irregularidades nas contas de Aécio

Diante da evolução das ações do PSDB contra a campanha da presidente Dilma Rousseff em 2014, o PT resolveu na terça-feira (27) dar o troco e pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Ministério Público Eleitoral a abertura de investigação das contas de campanha de Aécio Neves (PSDB) à Presidência no ano passado. Em ofício encaminhado à Justiça Eleitoral, o parti-

do afirma ter encontrado problemas nas contas do tucano. "Dentre as irregularidades identificadas na prestação de contas de Aécio, estão problemas em 2.397 recibos eleitorais, o que representa 78% do total de recibos apresentados pelo candidato do PSDB a presidente", disse o advogado Flávio Caetano, que representa a chapa de Dilma. Aécio ironizou o pedido do PT. "Acho que é muito produtivo que o PT possa se aprofundar na análise das nossas contas, porque vai ser pedagógico. Eles vão aprender como se faz uma campanha correta."

GAZETA DO POVO

Famílias

“intocáveis”

Críticas de Lula à operação da Polícia Federal em empresa do filho mostram que, para o ex-presidente, ele e sua família estariam acima da lei

A Polícia Federal entrou nos escritórios da empresa LFT Marketing Esportivo, de propriedade de Luís Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, e de lá retirou documentos e arquivos digitais. Como não vivemos numa ditadura, mas em um país onde as instituições democráticas estão vivas e fortes, a ação policial se deu absolutamente dentro da lei: foi precedida de depoimentos aparentemente confiáveis e de coleta de registros de anotações e correspondências que apontavam a existência de indícios de envolvimento de Luís Cláudio em ilícitos. Este conjunto foi submetido a uma juíza federal que, diante de tudo quanto viu, autorizou a busca e apreensão na LFT.

O que há de errado nisso tudo? Partindo do princípio de que todos são iguais perante a lei e de que instituições de Estado — como o são a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário — detêm competência e têm o dever de dar combate ao crime, o fato de o alvo ser filho de um influente ex-presidente não o coloca (e nem ao pai) acima da lei. Pelo contrário: exatamente em razão de suas condições pessoais, ambos deveriam expressar respeito ainda maior pela ação que culminou com o rastelo nos escritórios do ilustre filho.

Não é assim que, nem de longe, cogita pensar o ex-presidente Lula da Silva, que imediatamente abriu sua caixa de teorias conspiratórias para fazer-se de vítima de coordenada atuação que busca envolvê-lo em uma suposta “criminalização do PT” e a desgastá-lo politicamente para evitar que se candidate outra vez à Presidência. Por terceiros, tem dado seus recados para responsabilizar diretamente sua sucessora, Dilma Rousseff, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, “incapaz” de controlar a Polícia Federal, da qual é o superior.

O caminho para se chegar à LFT se iniciou no âmbito da Operação Zelotes, instaurada para investigar tráfico de influência e farta distribuição de propinas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão colegiado que julga contenciosos entre a Fazenda e contribuintes. E foi aí que se levantaram suspeitas de que até mesmo uma medida provisória baixada com o objetivo de reduzir a carga de impostos das montadoras automotivas teria a intermediação de lobistas e de Luís Cláudio.

28 OUT 2015

O provérbio sobre a mulher de César obviamente se aplica também ao restante da família. E a família de Lula tem estado na mira das autoridades já há alguns dias. A Operação Lava Jato tem investigado as relações do pecuarista José Carlos Bumlai com os Lula da Silva; a delação premiada do lobista Fernando Baiano menciona um repasse a uma nora do ex-presidente. E, puxando-se os fios, chega-se à pergunta: o que têm em comum a LFT (especializada em marketing esportivo) e uma empresa de consultoria econômica (a Marcondes & Mautoni) para que esta pagasse à primeira R\$ 1,5 milhão? Luís Cláudio diz que prestou serviços de marketing esportivo à M&M, que na Zelotes aparece como um dos executores do trabalho de sapa que deu origem à lucrativa MP. Parece honesto?

Se não parece, o melhor é investigar para que se tirem todas as dúvidas e, ao cabo, até se dê um atestado de inocência e idoneidade para Luís Cláudio e para Fábio Luís, o “Lulinha”, também citado por Fernando Baiano. Antes disso, soa no mínimo despropositado que o pai dê vazão — sempre por meio de “aliados” — a declarações do tipo “a situação passou dos limites”; ou de que o ministro da Justiça quer apenas “aparecer”; ou a de que, em nome do combate à corrupção, querem destruir o projeto político do PT.

O aborrecimento manifestado por Lula pela “perseguição” que ele e a família estariam sofrendo é mais uma prova de que as ideias do ex-presidente não condizem com a grandeza que se espera de um homem público e com o preceito constitucional e social segundo o qual todos somos iguais perante a lei. Lula vê os episódios apenas do alto da arrogância e da sensação de que está acima de todos — comportamento que, em conjunto com tanto quanto se viu desde o mensalão e a Lava Jato, passando agora pela Zelotes, apenas deveria servir para apressar o ocaso político de um líder que despreza as instituições.

28 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Cunha abrirá impeachment se Janot pedir sua saída

Câmara finaliza um parecer técnico favorável ao principal pedido de impedimento da presidente Dilma

■ A área técnica da Câmara dos Deputados está finalizando parecer em que recomenda ao presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dê seguimento ao principal pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Depois da sinalização, Cunha admitiu a aliados que não hesitará em abrir o processo de impeachment contra Dilma caso o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, peça o afastamento dele da presidência da Câmara, segundo apurou o jornal *O Estado de S. Paulo*. Cunha nega a informação.

O pedido de impeachment em questão diz respeito ao assinado pelos advogados Hélio Bicudo (ex-petista), Miguel Reale Júnior (ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso) e Janaina Paschoal. O documento é chancelado pelos principais partidos de oposição e por movimentos de rua anti-Dilma.

Segundo a reportagem apurou, a recomendação técnica, que é sigilosa, será entregue a Cunha ainda nesta semana. E será sucinta: afirmará apenas que o

pedido se enquadra nos requisitos da Lei 1.079/50 (que trata do impeachment), no regimento interno da Câmara Federal, e que traz em seu escopo elementos que apontam indícios de participação da presidente em supostos crimes de responsabilidade.

O embasamento ao pedido são decretos assinados por Dilma em 2015 que aumentaram em R\$ 800 milhões as despesas do Executivo sem autorização do Congresso, além da reprovação das contas da petista de 2014 pelo Tribunal de Contas da União.

Pela lei, cabe ao presidente da Câmara decidir individualmente se dá ou não seguimento aos pedidos de impeachment contra a presidente da República. Ele pode ou não seguir a recomendação da área técnica.

Até agora, já mandou para o arquivo 20 pedidos de impeachment, sempre seguindo a recomendação técnica, mas resta a análise de outros 11, entre eles o do trio de advogados.

Um dos principais alvos das investigações sobre o esquema de corrupção da Petrobras, Cunha tem usado esse poder para negociar nos bastidores, com oposição e governo, formas de evitar sua destituição do cargo e a cassação de seu mandato.

Por isso, tem dado sinais ora pró-impeachment, ora contrários. Caso determine a sequência do pedido, é aberta uma comissão especial

que dará parecer ao plenário. Dilma é afastada do cargo se pelo menos 342 dos 512 deputados decidam pela abertura do processo de impedimento da petista — Cunha não vota nesse caso.

O presidente da Câmara já afirmou que pretende anunciar sua decisão em novembro. Ele aguarda ainda decisão sobre recurso que fez ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra liminares que suspenderam rito anunciado por ele para eventual processo de impedimento.

CUNHA

Oficialmente, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), disse nesta terça-feira (27) que os pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff ainda estão sob análise. Em nota, ele enfatizou que, independentemente da orientação jurídica, a palavra final sobre a abertura de processo de afastamento da presidente da República é dele

28 OUT 2015

JORNAL DO ÔNIBUS



Recalcatti nega a versão que tenha executado suspeito



Martins descarta abrir vaga para Recalcatti

Provas contra Recalcatti desaparecem

Cápsulas encontradas no local do crime não foram periciadas

Cápsulas de balas de arma de fogo recolhidas em Rio Branco do Sul, Região de Curitiba, no dia da morte de Ricardo Geffer, desapareceram da delegacia do município. Elas seriam analisadas por peritos junto de outras pro-

vas colhidas no local da morte da vítima para esclarecer detalhes sobre o caso.

O delegado Rubens Recalcatti e sete policiais são investigados pela participação na morte de Ricardo Geffer. De acordo com o Grupo de Atuação

e Combate ao Crime Organizado (Gæco), a vítima, que era suspeita de matar o primo de Recalcatti, foi executada pelo grupo depois de preso e algemado. O delegado e os policiais afirmam que houve um confronto. ●



O deputado estadual Luiz Carlos Martins (foto) (PSD) divulgou ontem nota descartando qualquer possibilidade de licenciar-se do cargo para abrir vaga para o delegado Rubens Recalcatti (PSD) assumir vaga na Assembleia Legislativa. Recalcatti é o primeiro suplente do PSD. A informação era de que Martins poderia se licenciar por mais de 120 dias, para tratamento de saúde, o que permitiria ao delegado assumir o mandato.

"Em um primeiro momento, cheguei a refletir sobre esta possibilidade, não por questões de saúde, pois estou bem. Cheguei a refletir sobre o afastamento por questões pessoais. Porém, nos dias que seguiram, consegui encaminhar da melhor forma a maioria dessas pendências. Portanto, não tenho motivos hoje para pedir licença do cargo para qual fui eleito, de deputado estadual", explicou Martins. ●

28 OUT 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Pressão popular

O juiz federal Sérgio Moro disse ontem que não se deixa levar pela opinião pública, mas que a pressão do público é fundamental para que as instituições funcionem em processos envolvendo crimes complexos envolvendo réus poderosos. "O que determina as ações do juiz são os fatos, as provas e a lei. Em processos envolvendo crimes complexos e personagens poderosos, econômica e politicamente, a opinião pública é fundamental para que o juiz possa fazer valer a lei".

18 denunciados

Dezoito pessoas envolvidas em fraudes na Receita Estadual do Paraná foram denunciadas na segunda-feira (26) pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), por meio do Núcleo de Londrina do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A ação, que faz parte da terceira fase da Operação Publicano, envolve contadores, empresários e auditores. Cinco dos réus já estão presos.

28 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

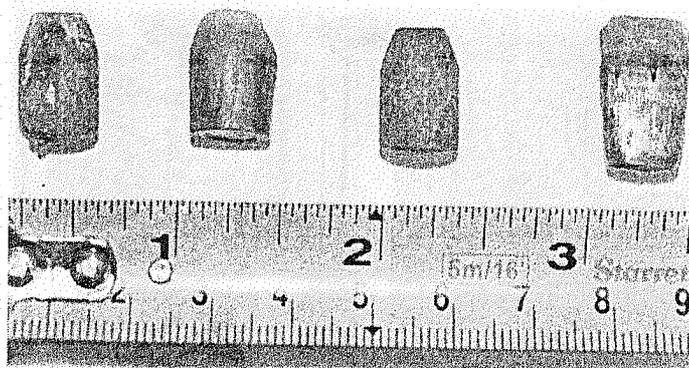
E AÍ, CADÊ?

Provas de suposta execução feita por equipe de Recalcatti desaparecem

Diego Ribeiro

Cinco dos seis estojos de projéteis deflagrados registrados pela equipe do delegado Rubens Recalcatti no dia da suposta execução de Ricardo Geffer, em Rio Branco do Sul, na região de Curitiba, desapareceram. A informação foi divulgada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e confirmada ontem pela própria Corregedoria da Polícia Civil. O material estava na Delegacia de Rio Branco do Sul quando sumiu.

Para o coordenador do grupo em Curitiba, promotor Denílson Soares de Almeida,



Detalhe dos projéteis coletados na chácara onde Geffer foi alvejado.

isso é grave porque são cartuchos deflagrados que passariam pelo exame de balística e poderiam atestar quais armas originaram os tiros que acabaram matando Geffer em abril. O Gaeco acusa oito policiais, entre eles o delegado Rubens Recalcatti (foto), e mais Mauro Sidnei do Rosário, que não é policial, de terem executado o suspeito pela mor-



te do ex-prefeito de Rio Branco do Sul, conhecido como João da Brasçal e primo do delegado.

INVESTIGAÇÃO

A Polícia Civil, por meio de sua assessoria de imprensa, confirmou o desaparecimento dos estojos e disse que o caso está sendo investigado preliminarmente junto com todos os fatos que envolvem a suposta execução de Geffer.

28 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

TATUAGEM

O Supremo Tribunal Federal anunciou ontem que irá decidir se tatuagens podem ou não ser motivo pra impedir alguém de passar em concurso público. O tema será julgado no STF porque um aprovado no concurso da Polícia Militar de São Paulo foi barrado no exame médico. A tatuagem que ele tem na perna estaria proibida pelo edital.

28 OUT 2015

METRO

Caso Recalcatti. Projéteis somem de delegacia

Cinco de seis balas encontradas no local da morte de Ricardo Geffer sumiram do 4º Distrito Policial, em Rio Branco do Sul, Região Metropolitana de Curitiba. De acordo com a Polícia Civil o sumiço dos estojos foi notado cerca de um mês atrás, após a Corregedoria solicitar o material e receber uma resposta negativa. Já as armas que foram solicitadas foram entregues ontem e passarão por perícia.

Os estojos de balas que sumiram haviam sido entregues na delegacia pelos próprios policiais no dia da operação, que foi registrada como um confronto.

Já o MP (Ministério Público) aponta que houve uma execução cometida pela polícia e encontrou outros projéteis no local



Delegado, acusado de execução, foi solto | CARLOS SOARES/DPC

da morte, que estão sendo periciados.

Geffer foi morto em abril, em uma operação comandada pelo delegado Rubens Recalcatti. Ele, sete policiais e um informante chegaram a ser presos pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do MP.

METRO CURITIBA

28 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA
CORRUPÇÃO

MP denuncia 18 pessoas na terceira fase da Publicano

Promotoria apontou crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e organização criminosa e acusou o auditor fiscal

José Luiz Favoreto Pereira de ser o principal articulador da ocultação da propina recolhida no suposto esquema de corrupção na Receita Estadual de Londrina. Para isso, o grupo teria constituído um complexo de empresas de fachada, registradas em nomes de laranjas. Até agora, contando as fases anteriores da Operação Publicano, mais de 200 pessoas são processadas na Justiça, sendo 60 auditores

28 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mais 18 são denunciados por corrupção na Receita

MP acusa o auditor fiscal José Luiz Favoreto Pereira de ser o principal articulador da ocultação da propina amealhada no fisco em Londrina

Fiscais teriam constituído empresas de fachada com o objetivo de maquiagem o recebimento de propina

Edson Ferreira e
Loriane Comeli
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou ontem 18 pessoas ligadas aos crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e organização criminosa, identificados na fase três da Operação Publicano, deflagrada no último dia 8. A denúncia foi apresentada na noite de segunda-feira à 3ª Vara Criminal de Londrina e acusa o auditor fiscal José Luiz Favoreto Pereira de ser o principal articulador da ocultação da propina amealhada no suposto esquema de corrupção na Receita Estadual de Londrina.

Pereira e outros acusados seguem presos: o irmão dele, Antonio Pereira Junior, a cunhada Leila Pereira, o advogado André Arruda, o empresário Sarquis José Samara – a

mulher de Sarquis, Marilúcia, continua foragida –, além do também auditor fiscal e delator do esquema Luiz Antonio de Souza. Os demais relacionados na ação são contadores, empresários e “laranjas” que também teriam contribuído para o crime de lavagem de ativos, segundo o MP.

Conforme a denúncia relativa à terceira fase das investigações, os auditores fiscais, entre eles está Favoreto, teriam constituído um complexo de “empresas de fachada”, registradas em nomes de laranjas com o objetivo precípuo de “maquiagem o recebimento de propina, bem como propiciar a lavagem do dinheiro ilicitamente obtido com essas transações tendo alguns auditores angariado patrimônio gritantemente incompatível com as suas rendas”.

O promotor de Justiça que assina a ação, Jorge Fernando Barreto da Costa, informou

que a apuração sobre o destino do dinheiro desviado da Receita identificou inicialmente o “núcleo criminoso” ligado ao ex-delegado da delegacia de Londrina. “Os demais réus da ação gravitavam em torno de Favoreto e ajudavam o auditor a lavar o dinheiro oriundo de propina e também se beneficiavam disso”, resumiu Costa, que também é o coordenador do Gaeo em Londrina.

Até agora, com as fases anteriores da Publicano, mais de 200 pessoas são processadas na Justiça, sendo 60 auditores, por participação no escândalo na delegacia da Receita Estadual de Londrina.

CONTINUA

28 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No último dia 13, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público ajuizou a primeira ação por improbidade administrativa relativa ao caso contra 26 auditores, sete empresas e sete empresários do setor de vestuário, além de dois contadores e um advogado. O empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PS-DB), foi apontado pelo MP como líder político do esquema de cobrança de propina e sonegação fiscal.

A reportagem não conseguiu falar ontem com os defensores dos acusados.

HABEAS CORPUS

O ministro da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Cruz, indeferiu ontem pedido de habeas corpus protocolado pela defesa do casal Sâmara. Sarquis, preso em um spa na cidade de Sorocaba, no interior paulista, seria transferido ainda ontem para Curitiba. Ele ficaria detido no Complexo Médico-Penal, com autorização do juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina Katsujo Nakadomari. A defesa do empresário afirma que ele é cardíaco e se recupera de uma cirurgia bariátrica.

O mesmo ministro do STJ indeferiu pedido de liberdade protocolado por Favoreto e seus parentes. Para Cruz, as ordens de prisão expedidas pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, são perfeitamente legais.

28 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Estrutura é desafio de delegada do Nucria

Livia Pini assume comando de investigações de crimes contra menores de 18 anos

Viviani Costa

Reportagem Local

O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (Nucria) já conta com uma delegada exclusiva para comandar os trabalhos de investigação em Londrina. Lívia Graziela Pini, que atuava em Andirá (Norte Pioneiro), solicitou a transferência para Londrina ao ser informada sobre a falta de delegado exclusivo para o Nucria. Lívia é formada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a nomeação para o cargo atende a uma reivindicação antiga dos envolvidos no combate a crimes contra menores de 18 anos. A delegada da Mulher, Geane Aparecida dos Santos, acumulava os trabalhos.

Entre os desafios da nova delegada estão a carência no número de funcionários, problemas estruturais no prédio do núcleo, falta de salas adequadas para receber crianças e adolescentes, ausência de equipe multidisciplinar e demora na realização da perícia pelo Instituto de Criminalística. "Para as oitivas das crianças é necessário que nós tenhamos uma equipe de psicólogos exclusiva para o Nucria. Será preciso fortalecer a rede com o apoio do Conselho Tutelar, do Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social] e do



"Para as oitivas das crianças é necessário que nós tenhamos uma equipe de psicólogos exclusiva para o Nucria", destacou a delegada Lívia Graziela Pini

Ministério Público para poder oferecer esse trabalho no município", destacou Lívia.

O Nucria de Londrina conta hoje com um escrivão, quatro investigadores, um estagiário e duas viaturas. Conforme a delegada, seriam necessários, no mínimo, dois psicólogos. A partir da próxima semana, Lívia pretende instituir protocolos de trabalho e de investigação com base nas experiências desenvolvidas pelo núcleo de Curitiba.

Na última semana, uma audiência pública sobre o combate à exploração sexual promovida na Câmara de Vereadores de Londrina resultou na formalização de uma carta de reivindicações para melhorias nos órgãos envolvidos nas investigações desse

tipo de crime. A necessidade de uma delegada exclusiva para o núcleo foi um dos pontos discutidos. "Há uma cultura da impunidade em relação a esses crimes e isso é preciso mudar. Citei casos que aconteceram recentemente e que foram veiculados na imprensa onde há a mentalidade das pessoas de que uma criança de 11 e 12 anos, porque aparece na mídia, pode ser exposta a acaques e cantadas. [...] Há que se ter uma mudança de mentalidade e punição para esse tipo de conduta. Enquanto houver essa mentalidade e quem agir dessa forma não for punido, a situação não vai mudar", reforçou a promotora Susana Lacerda.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Com a vinda da delegada para Londrina, haverá um remanejamento na Polícia Civil para que a equipe de Andirá não fique desfalcada. Outra mudança recente foi a transferência do delegado Ricardo Casanova, que atuava na Divisão Estadual e Narcóticos (Denarc) em Londrina, para a função de delegado-adjunto do 1º Distrito Policial. Ele também vai responder pela Delegacia de Trânsito e pelo setor de Carta Precatória da 10ª Subdivisão Policial. O Denarc continua sob a responsabilidade do delegado Lanevilton Moreira. “Eu vejo como positivas essas mudanças porque temos vários inquéritos parados, sem investigação. O número de delegados ainda é pequeno. Precisamos de muito mais, mas a questão do Nucria é uma questão histórica e de prioridade absoluta”, destacou o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial, Sebastião Ramos dos Santos Neto.

As cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Ponta Grossa também têm sedes regionais do Nucria. Conforme a assessoria de imprensa da Polícia Civil, o governo do Estado pretende implantar em breve núcleos em Maringá e Cascavel. Os prazos não foram informados. Em Londrina, o Nucria fica na Rua Gago Coutinho, 833, Jardim Caravelle (zona leste), próximo à Avenida Santos Dumont. O telefone disponível é (43) 3325-6593. O horário de atendimento é das 8h30 às 12h e das 14h às 18h.

28 OUT 2015

Presídios na areia

Nos últimos dias a população de Londrina esteve sob o estresse provocado por uma rebelião na unidade dois da Penitenciária Estadual (PEL 2), que deixou feridos detentos tomados como reféns e muita destruição do patrimônio público. O episódio é oportuno para trazermos uma reflexão sobre a prática penal do encarceramento e as implicações dela sobre a natureza humana que é propensa à liberdade desde o nascimento.

O descumprimento das regras de convivência social quebra a harmonia nos relacionamentos e desencadeia desrespeito, intolerância, violência e fomenta as diversas modalidades de crimes. Para corrigir essa situação, o Estado pune os criminosos aplicando-lhes a pena restritiva de liberdade, mantendo-os afastados do convívio social para que sejam reeducados e reinseridos no sistema após a conclusão da penalidade. Seria simples se realmente funcionasse como a sociedade espera, mas infelizmente o que constatamos é que se nada de bom entra nas cadeias, pior ainda é o que sai delas. Ocorre que a pena de reclusão como é aplicada em nosso sistema não é eficiente para mudar a realidade psicológica do apenado que, pela ótica da saúde mental, é uma pessoa que se encontra adoecida no sentido social/afetivo e emocional. Esse ser cindido é colocado entre outros nas mesmas condições

e espera-se que por um processo simbiótico, através do sofrimento, se restabeleçam a ambos, resignados e arrependidos do mal que fizeram.

Um fenômeno comum observado nos presídios é o processo da aglutinação, a formação de vínculos sociais entre presos que se unem para garantir proteção contra grupos rivais - e até mesmo de atos do Estado, nem sempre tão legítimos - e realizar suas necessidades fundamentais para a sobrevivência. Esses vínculos às vezes são estruturados a tal ponto que formam uma sociedade paralela, com normas de convivência, comandos, leis, etc. São as chamadas facções. São

fenômenos explicáveis pela ótica das necessidades socioemocionais da pertença e são proporcionais às lacunas deixadas pelo Estado no tocante à proteção e à dignidade do preso. As penas, em geral, ultrapassam os limites da privação da liberdade e usurpam do apenado a possibilidade de "vir a ser um ser humanizado", o que em verdade é o seu principal objetivo.

O estresse proporcionado pela limitação das necessidades corpóreas, o medo, a angústia de morte acionada pelo instinto de sobrevivência perante os maus-tratos, ameaças, doenças e abusos de toda sorte, justificam no preso o desejo de libertar-se, o que é natural nessas condições. No ambiente caótico gerado no interior dos presídios nada dignificante pode acontecer, mas ao contrário, agravar a experiência auto e

hetero destrutiva de quem se encontra em desordem intrapessoal e interpessoal. As condições físico-estruturais são importantes para amenizar os riscos de descontentamento que produzem as reações em cadeia, estopim das rebeliões, porém não são as mais importantes. O tratamento digno e respeitoso, necessário ao se lidar com pessoas, condição que - quer a sociedade aceite ou não, permanece no apenado apesar dos crimes que praticou - é que pode amenizar esse ímpeto.

Assim como nos tratamentos dispensados aos

hospitais, urge que humanizemos os nossos presídios, através de estrutura adequada, profissionais qualificados, atenção à saúde, cultura, lazer, religiosidade, objetivando caminharmos rumo à redução dos índices de criminalidade e da afirmação de que as prisões realmente cumprem suas funções de reeducar e reinserir os detentos na sociedade, devolvendo-os como cidadãos úteis a si e a seus iguais. Até lá, no máximo, seguiremos construindo presídios na areia.

JAIR QUEIROZ é psicólogo pós-graduado em segurança pública em Londrina

“

*Urge que
humanizemos os
nossos presídios
para que realmente
cumpram suas
funções de reeducar
e reinserir os
detentos na
sociedade*

28 OUT 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Habeas Corpus é via para discutir nulidade

*Jônatas Pirkiel

O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o HC 43.104/SP, em que foi relator o Ministro Rogério Schiatti Cruz, dirimiu uma questão que vem sendo sempre submetida a recurso em face das decisões conflitantes das instâncias inferiores. O Tribunal de Justiça de São Paulo havia negado Habeas Corpus que tentava anular decisão condenatória em processo que se alegou nulidade, sob o fundamento de que: "...*habeas corpus não é adequada à discussão de falhas no procedimento criminal e que a alegação de nulidade do julgamento não foi aventada no recurso de apelação...*".

Porém, o STJ, mesmo não concedendo a ordem, por outro fundamento, entendeu diferente, adotando a posição do relator: "...*Ao contrário do que assertou o Tribunal a quo, entendo que a via do habeas corpus é adequada*

à análise de eventuais nulidades no curso da ação penal, uma vez que o alegado vício pode implicar a ocorrência de constrangimento ilegal, responsável pelo cerceamento do direito de locomoção daquele em favor de quem é impetrado...".

O Ministro Rogério Schiatti Cruz, deu claro entendimento sobre o tema ao afirmar que: "...*Nulidades no processo penal Prevalece na jurisprudência o entendimento de que as nulidades devem ser alegadas no momento oportuno, sendo imprescindível a demonstração do prejuízo da parte, pois não se invalida ato processual que não tenha influído na qualidade da jurisdição prestada. Na lição de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antônio Magalhães Gomes Filho, "predomina hoje em dia o sistema da instrumentalidade das formas em que se dá maior valor à finalidade pela qual a forma foi instituída e ao prejuízo causado pelo ato atípico, cabendo ao magistrado verificar, diante de cada situação, a conveniência de retirar-*

se a eficácia do ato praticado em desacordo com o modelo legal." (As nulidades no processo penal, 7. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2001, p. 27). Também o art. 563 do Código de Processo Penal dispõe que "nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa...".

Lembrou ainda, o julgamento do HC 175.612/SP, em que foi relator o Ministro Jorge Mussi: "...*no terreno das nulidades no âmbito do processo penal vigia o sistema da instrumentalidade das formas, no qual se protege o ato praticado em desacordo com o modelo legal caso tenha atingido sua finalidade, cuja invalidação é condicionada à demonstração do prejuízo causado à parte, ficando a cargo do magistrado o exercício do juízo de conveniência acerca da retirada da sua eficácia, de acordo com as peculiaridades verificadas no caso concreto...*".

*O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

Direito Sumular

Súmula nº 513 do STJ- A 'abolitio criminis' temporária prevista na Lei n. 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005.

28 OUT 2015

BEM PARANÁ

PAINEL

Palestra

O ex-presidente da OAB Paraná, advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto, será um dos palestrantes do evento Atualidades em Direito Empresarial - Contratos e Conflitos Societários, organizado pela Comissão de Direito Empresarial da OAB-PR, que será realizado nos dias 28 e 29 de outubro, a partir das 19 horas, na sede da instituição. As inscrições podem ser feitas no site www.oab-pr.org.br.

20 anos

Acontece hoje o coquetel de lançamento de dois livros escritos pelos sócios-fundadores do Escritório Marins Bertoldi Advogados Associados, que completa 20 anos. James Marins lança a 8ª edição de "Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial)" e Marcelo Bertoldi chega a 9ª edição do "Curso Avançado de Direito Comercial".

Violência

O princípio da bagatela não se aplica em caso de violência doméstica. O entendimento é do ministro do STF Teori Zavascki.

Simpósio

Estão abertas as inscrições para o XII Simpósio de Direito Constitucional, que será nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2016, em Curitiba (PR). Organizado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional e já tem confirmado na sua programação os seguintes nomes: Ives Gandra Martins, Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Sílvio Venosa, René Dotti, entre outros. As inscrições pelo site www.abdconst.com.br/simposio

28 OUT 2015

BEMPARANÁ

Publicano III

MP denuncia 18 por fraudes na Receita

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público apresentou ontem denúncia contra 18 pessoas envolvidas em fraudes na Receita Estadual. A denúncia faz parte da terceira fase da Operação Publicano e envolve contadores, empresários e auditores.

Seis dos réus já se encontram presos: José Luiz Favoreto, Antônio Pereira Junior, Leila Maria Raimundo Pereira, Luiz Antônio de Souza, André Luiz Aquino de Arruda e Sarquis José Samara. Com exceção de Souza – que fez acordo de delação premiada – todos os demais negam envolvimento com o esquema. Entre os crimes denunciados, estão organização criminosa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

A primeira fase da investigação foi deflagrada em 20 de março, quando 62 pessoas foram denunciadas à Justiça, entre elas quinze auditores fiscais, quinze empresários, quatorze pessoas acusadas de atuarem como “laranjas” no esquema, onze contadores, três auxiliares administrativos, dois funcionários públicos, um polici-

BOLADA

R\$ 50 milhões

é quanto teria movimentado ao ano o esquema de cobrança de propina na Receita, segundo estimativa do MP.

al civil e um administrador de empresas. Segundo o MP, o esquema envolvia a cobrança de propina de empresas sonegadas, o abatimento ou anulação de multas e a concessão de créditos tributários irregulares.

A segunda fase da operação foi deflagrada em 10 de junho, quando mais de 50 pessoas foram presas, incluindo servidores públicos ligados à cúpula da Receita. Em 19 de junho, 112 pessoas foram indiciadas no inquérito. O Ministério Público estima que o esquema faturava R\$ 50 milhões por ano em propinas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Registro Positivo

27 OUT 2015

Moro homologa mais uma delação na Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, homologou na segunda-feira (26) mais um acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. A pedido do Ministério Público Federal (MPF), Moro

validou os depoimentos de colaboração de João Antônio Bernardi Filho, preso na 14ª fase da Lava jato, deflagrada em junho. Em troca das declarações, o acusado ganhou o direito de responder às acusações em liberdade.

Entre as cláusulas que constam no acordo com o MPF, Bernardi Filho deverá devolver aos cofres públicos R\$ 3 milhões, dos quais 80% serão destinados à Petrobras e 20% aos órgãos de investigação da Lava Jato.

Sérgio Moro homologa mais uma delação de investigado na Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, homologou ontem mais um acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. A pedido do Ministério Público Federal (MPF), Moro validou os depoimentos de colaboração de João Antônio Bernardi Filho, preso na 14ª fase da Lava jato, deflagrada em junho. Em troca das declarações, o acusado ganhou o direito de responder às acusações em liberdade.

Entre as cláusulas que constam no acordo com o MPF, Bernardi Filho deverá devolver aos cofres públicos R\$ 3 milhões, dos quais 80% serão destinados à Petrobras e 20% aos órgãos de investigação da Lava Jato. Bernardi também assinou compromisso no qual se comprometeu a comparecer a todos os atos judiciais e a não mudar de endereço sem autorização do juízo.

Nos depoimentos, o delator detalhou aos investigadores sua relação com ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. João Bernardi foi denunciado pelo MPF, por suposto pagamento de propina a Duque para favorecer a petroleira italiana Saipem.

27 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

CLÈVE E FREIRE SÃO FINALISTAS NO JABUTI

A obra Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional, coordenada pelo constitucionalista Clèmerson Merlin Clève e pelo professor Alexandre Freire, é finalista do 57º Prêmio Jabuti, o mais tradicional prêmio literário no Brasil. O anúncio foi feito dia 22, pela Câmara Brasileira do Livro (CBL). Ao todo foram 2.573 inscritos em 27 categorias, 14,87% a mais que em 2014.

CLÈVE (2)

Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional reúne artigos de prestigiados juristas com o propósito de avaliar como os direitos fundamentais vêm sendo satisfeitos e, principalmente, a contribuição do Supremo Tribunal Federal a essas conquistas. O objetivo dos coordenadores é colaborar com o aprimoramento da efetivação dos direitos e da atuação da jurisdição constitucional na democracia brasileira.

CLÈVE (3)

Segundo prefácio escrito pelo Ministro Marco Aurélio Mello,



Professores Clèmerson Clève e Alexandre Freire

o conteúdo é abrangente e enriquecedor, tornando-se leitura obrigatória para todos que pretendem não só conhecer, mas avaliar criticamente as realizações, até aqui verificadas, no campo dos direitos e liberdades constitucionais.

A próxima etapa do Prêmio Jabuti acontece no dia 19 de novembro, quando serão anunciados os três vencedores de cada categoria.

TST - COMPANHIA DE TRÂNSITO DE SANTOS É RESPONSABILIZADA POR ATROPELAMENTO FATAL DE AGENTE POR ÔNIBUS

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho responsabilizou a Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos (CET) pela morte de agente de trânsito atropelada por ônibus durante o serviço. A Turma entendeu que a atividade da vítima era de risco, o que configura responsabilidade objetiva da CET, sem necessidade de comprovar culpa da companhia pelo acidente.

De acordo com o depoimento do motorista do ônibus, ele estava na rodoviária de Santos quando foi orientado pela própria agente de trânsito a seguir por uma determinada rua. Ao fazer a curva, percebeu que houve um barulho e um grito.

O TRT não havia reco-

nhecido a responsabilidade da CET por entender que não houve culpa da empresa no acidente, pois o atropelamento da agente “decorreu de orientação por ela própria transmitida ao condutor do ônibus, que apenas seguiu as ordens dadas pela então funcionária”, não podendo responsabilizar a CET pelo acidente fatal.

Os familiares da vítima recorreram ao TST contra a decisão regional. A Segunda Turma acolheu o recurso aplicando a teoria da responsabilidade civil objetiva (artigo 927, parágrafo único, do Código Civil), utilizada nos casos de acidentes de trabalho relacionados à atividade de risco, independentemente de culpa do empregador.